

HISTÓRIA DA LOUPURA E OS LIMITES DA RAZÃO E LIBERDADE: A HISTORIOGRAFIA ANDESTRAL DO ENDARDERAMENTO PSIQUIÁTRICO

[Resenha]

Kelvin Riandson Teixeira de Oliveira

Submissão: 16/09/2024

Aprovação: 15/11/2024

* 
SOBRE O AUTOR/A/OS/AS:

▪ Kelvin Riandson Texeira de Oliveira

Graduando de Psicologia pela Universidade Potiguar - UNP, sendo bolsista integral do Programa Universidade Para Todos - PROUNI do Governo Federal. Especialista em Enfermagem em Urgência e Emergência e Atenção Pré-Hospitalar (2023) pelo programa de especialização técnica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) - CPT-ETS/COFEN/UFPB. Técnico em Massoterapia (2019) pela Escola Estadual de Educação Profissional Jeová Costa Lima - EEEP. Russas, da rede de ensino profissionalizante integrado do Estado do Ceará. Técnico em Enfermagem (2021) pelo Colégio Politécnico Alencarino - CPA. Desde 2021, atua como servidor público da Prefeitura de Russas, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e do Desporto Escolar - SEMED, atualmente na função de Professor da Recomposição de Aprendizagem dos Anos Finais na Escola Municipal Coronel Murilo Serpa de E.I.E.F. É redator do grupo de trabalho (GT) em Saúde Mental do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF BRASIL, por meio do TMJ/UNICEF, para os textos temáticos dos canais de comunicação UNICEF/ONU BRASIL, e membro da Liga Acadêmica de Neurociências e Comportamento (LANeCom) da Universidade de São Paulo - USP, atuando no IV grupo de estudos de fundamentos em neurociências e comportamento: odisseia neurocientífica.



HISTÓRIA DA LOUCURA E OS LIMITES DA RAZÃO E LIBERDADE: A HISTORIOGRAFIA ANCESTRAL DO ENCARCERAMENTO PSIQUIÁTRICO

Kelvin Riandson Teixeira de Oliveira

Referência: FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Michel Foucault, nascido em 1926 em Poitiers, França, emergiu como uma das figuras mais proeminentes e influentes da filosofia, história e psicologia na segunda metade do século XX. A formação acadêmica na Universidade de Paris, onde obteve diplomas em Filosofia e Psicologia, forneceu-lhe uma base sólida e multifacetada, permitindo-lhe desenvolver uma abordagem crítica e inovadora. Ao longo de sua carreira, Foucault navegou entre a crítica social e a investigação da formação e do funcionamento do saber, explorando a intersecção entre essas duas áreas de estudo. Sua obra é frequentemente associada ao pós-estruturalismo e à genealogia, abordagens teóricas que desafiam as noções tradicionais de continuidade e progresso histórico. Influenciado por pensadores como Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger, Foucault desenvolveu uma metodologia que se distanciava das narrativas lineares e teleológicas da história, buscando entender as estruturas de poder e as formas de controle social que moldam o saber: a própria historiografia do(s) saber(es).

Foucault aplicou essa perspectiva crítica em vários campos, com um enfoque particular nas instituições sociais onde seus estudos sobre prisões, hospitais e, de maneira proeminente, os asilos psiquiátricos revelam uma preocupação constante com a dinâmica das relações de poder e com as formas de controle social exercidas por essas instituições. Em sua análise, Foucault não se limita a investigar como o saber é construído, mas também se empenha em examinar como o poder o define e o regula ao versar sobre o que é considerado verdadeiro ou falso, normal ou patológico. Ele demonstra como essas estruturas de poder são intrinsecamente ligadas ao processo de construção do conhecimento e à definição das normas sociais.

Um dos marcos importantes de sua abordagem crítica é a obra *História da*

Loucura, publicada em 1961 e também conhecida como *A História da Loucura na Idade Clássica*. Este trabalho representa uma das primeiras aplicações sistemáticas da metodologia arqueológica de Foucault. Em *História da Loucura*, ele investiga como, ao longo dos diferentes períodos históricos, a sociedade ocidental tratou e conceituou a loucura. Ao adotar uma abordagem arqueológica, Foucault busca desenterrar as camadas discursivas e institucionais que moldaram a percepção da loucura e revela as complexas relações entre poder, saber e controle social. Nesse sentido, sua análise mostra como o tratamento da loucura evoluiu desde a Renascença até a Modernidade, refletindo mudanças nas práticas de controle e nas concepções de normalidade e desvio. Dessa forma, Foucault não apenas examina as práticas históricas de tratamento da loucura, mas também questiona a própria construção das categorias de razão e loucura, desafiando as narrativas convencionais e propondo uma visão crítica sobre como as práticas sociais e institucionais moldam a compreensão do que é considerado normal ou patológico. Assim, sua obra continua a ser uma referência crucial para entender as dinâmicas de poder e controle que permeiam o saber e as instituições sociais. Dessa forma, portanto,

Não é inquestionável também, por outro lado, que era à loucura, ainda que de modo implícito, que se dirigiam as medidas de internamento. Não é inquestionável, enfim, que, ao refazer no limiar da era clássica o gesto bem amigo da segregação, o mundo moderno tenha desejado eliminar aqueles que — quer mutação espontânea, quer variedade da espécie — manifestavam-se como “a-sociais”. É fato que nos internos do século XVIII podemos encontrar uma semelhança com nossa personagem contemporânea do a-social, mas ela provavelmente pertence apenas à ordem do resultado, pois esta personagem foi suscitada pelo próprio gesto da segregação. Chegou o dia em que esse homem, que partiu de todos os países da Europa para um mesmo exílio por volta da metade do século XVII, foi reconhecido como estranho à sociedade que o havia escorraçado e irredutível a suas exigências; ele se tornou então, para maior tranquilidade de nosso espírito, o candidato indiferenciado a todas as prisões, a todos os asilos, a todos os castigos. Na realidade, não é mais que o esquema de exclusões superpostas (FOUCAULT, 1961, p. 91).

A perspectiva teórica de Michel Foucault, profundamente enraizada no pós-estruturalismo, marca uma ruptura significativa com as abordagens lineares e progressistas tradicionais da história, pois enquanto muitas abordagens historiográficas tradicionais buscam traçar uma narrativa de evolução contínua, na qual o progresso é visto como uma sucessão linear de eventos que levam a um estado de maior racionalidade ou aprimoramento da condição humana, Foucault propõe uma visão radicalmente diferente: em vez de seguir essa trajetória unidimensional, ele argumenta que as categorias de razão e loucura são construções culturais e políticas, cuja formação e transformação são moldadas por complexos jogos de poder e relações de dominação.

No cerne de sua abordagem está a ideia de que a separação entre razão e loucura não é um fenômeno natural ou inevitável, mas sim uma construção histórica que reflete interesses e conflitos sociais. Para Foucault, essa dicotomia entre razão e loucura é uma construção social que serve a propósitos específicos de controle e exclusão. Em outras palavras, a maneira como a loucura é percebida e tratada não resulta de uma evolução progressiva do conhecimento ou da compreensão médica, mas é profundamente influenciada por práticas de poder que determinam quais formas de comportamento e pensamento são aceitas ou marginalizadas. Em *História da Loucura*, ele examina com um olhar crítico os mecanismos de exclusão e confinamento que têm historicamente moldado a forma como a loucura é abordada, a partir de uma análise que revela como instituições sociais e sistemas de poder criaram e mantiveram distinções rígidas entre a razão e a irracionalidade, frequentemente com o objetivo de controlar e isolar aqueles que eram considerados desvios das normas estabelecidas e explora como, ao longo dos séculos, as práticas de confinamento em asilos, prisões e hospitais psiquiátricos serviram para segregar e submeter indivíduos considerados “loucos” a um regime de controle que, muitas vezes, se disfarça de cuidado ou tratamento.

Foucault critica particularmente a psiquiatria moderna por perpetuar essas formas de controle sob o pretexto de avanço científico e cura. Ele argumenta que, em vez de oferecer uma verdadeira libertação ou emancipação para os indivíduos com transtornos mentais, a psiquiatria moderna frequentemente reforça práticas de exclusão e dominação. A ciência médica, ao categorizar e classificar a loucura como uma doença mental, legitima e institucionaliza a exclusão dos desvios da norma social. Em vez de desafiar ou desestabilizar as estruturas de poder existentes, a psiquiatria, segundo Foucault, muitas vezes serve para consolidar essas estruturas, mascarando o poder sob a forma de ciência e saber.

Portanto, a abordagem de Foucault oferece uma análise profunda e crítica da maneira como a sociedade constrói e mantém categorias de normalidade e patologia, destacando a interseção entre saber e poder. Sua perspectiva teórica não só questiona a narrativa progressista da história, mas também revela as dinâmicas de controle e exclusão que moldam o tratamento da loucura e outras formas de desvio social. Ao desafiar as concepções tradicionais de razão e progresso, Foucault nos convida a reconsiderar as práticas e instituições que definem a norma social e a refletir sobre como o poder permeia e configura o entendimento da saúde mental.

História da Loucura é dividida em eixos três eixos centrais de discussão que oferecem uma visão crítica e inovadora sobre a maneira como a sociedade ocidental lidou com a loucura desde a Idade Média até a psiquiatria moderna, propondo uma abordagem que se distancia das correntes historiográficas tra-

dicionais. Primeiramente, o autor sugere **O Renascimento** que examina como a loucura era percebida e tratada durante esse período. Nesse tempo, a loucura não era vista apenas como uma patologia a ser tratada; ao contrário, tinha um significado ambivalente, frequentemente associada a formas de sabedoria ou insights divinos. Foucault descreve esse período como uma época em que a loucura podia ser interpretada tanto como uma “experiência da plenitude e da totalidade” quanto como uma manifestação de desrazão, refletindo a complexidade das concepções sobre a loucura antes do surgimento de paradigmas mais sistemáticos (FOUCAULT, 1978, p. 35). Essa visão ambígua ilustra a integração da loucura no imaginário social da época, onde a distinção entre razão e loucura não era ainda rigidamente definida.

Na segunda parte de sua obra, denominada **“O Grande Confinamento”**, o autor o descreve como um processo no qual indivíduos considerados loucos, juntamente com outros grupos marginalizados como mendigos, criminosos e pobres, foram institucionalizados em grandes instituições. Esse movimento de confinamento é emblemático de uma mudança mais ampla na sociedade, onde a racionalidade e a ordem social passam a ser defendidas e reforçadas através da segregação dos que não se encaixam nos padrões estabelecidos. As instituições de confinamento surgem como mecanismos de controle social, destinados a manter a ordem pública e a preservar a integridade da sociedade ao excluir aqueles que eram percebidos como desvios das normas.

Durante este período, a razão começa a exercer um papel ainda mais central na definição dos limites da inclusão social. A capacidade de ser considerado “racional” torna-se um critério fundamental para a aceitação e o pertencimento à sociedade. Nesse novo arranjo, a loucura é cada vez mais associada a uma ameaça à ordem social e à racionalidade. Os loucos, ao se desviarem dos padrões de racionalidade que definem a normalidade, são segregados e confinados para garantir que sua irracionalidade não contamine o restante da sociedade. Esse confinamento é mais do que uma simples separação física; é uma construção social e simbólica que traça uma linha clara entre a norma e a anomalia.

Foucault sublinha que o confinamento não foi implementado com o objetivo de tratamento ou cura. Em vez disso, foi uma estratégia deliberada para separar a loucura da sociedade, criando uma espécie de círculo protetor ao redor dela. Esse círculo não era apenas uma barreira física, mas também uma linha simbólica e social que marcava a diferença entre os que eram considerados racionais e os que eram excluídos devido à sua desrazão. A citação de Foucault, “Não foi para curar que se internou, foi para separar a loucura, delimitá-la em um círculo protetor, traçar em torno dela uma linha ao mesmo tempo real e social que marcasse sua diferença” (FOUCAULT, 1978, p. 65), ilustra claramente essa mudança. A

construção desses círculos de confinamento servia para proteger a ordem social, ao mesmo tempo em que legitimava e reforçava a exclusão dos indivíduos que não se conformavam com os padrões estabelecidos de racionalidade e comportamento.

Portanto, a transição para o século XVII e o subsequente “Grande Confinamento” revelam uma nova maneira de lidar com a loucura que vai além da simples categorização médica ou espiritual. Este momento histórico marca a ascensão de uma abordagem institucional e social que usa o confinamento como uma ferramenta para controlar e excluir, refletindo uma nova forma de poder que se estabelece sobre a base da racionalidade e da ordem social. Foucault destaca como essa mudança não é apenas uma alteração na prática médica ou social, mas uma reconfiguração fundamental das relações de poder e das formas de controle que moldam a sociedade e definem o que é considerado normal ou anômalo.

Finalmente, a terceira parte, **A Psiquiatria Moderna**, explora o surgimento da psiquiatria no século XVIII e como a loucura passou a ser tratada como uma doença mental que exigia intervenção científica. Foucault argumenta que, em vez de proporcionar uma verdadeira emancipação para os indivíduos loucos, a psiquiatria moderna introduziu uma nova forma de controle social sob o disfarce de tratamento médico. Ele critica a psiquiatria por reforçar a exclusão dos indivíduos considerados insanos e por usar a ciência como uma forma de poder que mascara o controle social. Nesse sentido, Foucault afirma que a psiquiatria moderna “mascara o poder sob a forma da ciência e do saber” (FOUCAULT, 1978, p. 150).

Portanto, longe de representar um avanço humanitário, a psiquiatria serviu para consolidar mecanismos de controle e segregação, mantendo os indivíduos afastados da sociedade e perpetuando a exclusão. Essa mudança não envolveu simplesmente um aprimoramento nos métodos de tratamento, mas uma reconfiguração mais profunda da própria natureza da loucura e do papel das instituições que lidam com ela. Foucault argumenta que, ao contrário do que se poderia esperar, o surgimento da psiquiatria moderna não trouxe uma verdadeira emancipação para os indivíduos considerados loucos; em vez disso, a psiquiatria surgiu como uma nova forma de controle social, disfarçada sob o pretexto de cura e tratamento.

Essa crítica de Foucault é importante porque revela como o discurso médico e científico não é neutro, mas está imerso em relações de poder e controle. Ao adotar uma abordagem médica para tratar a loucura, a psiquiatria não apenas redefiniu a loucura como uma condição médica, mas também reforçou um sistema de exclusão e controle. Os loucos foram, assim, institucionalizados não apenas como pacientes a serem tratados, mas como objetos de um controle contínuo e sistemático. Essa mudança reflete uma construção cultural e histórica da loucura

que serve para manter a ordem social e normatizar o comportamento.

Foucault não se limita a criticar a psiquiatria por seus métodos ou práticas específicas. Ele adota uma perspectiva mais ampla, que é a de uma análise arqueológica da loucura. Ele mostra que a separação entre razão e desrazão é uma construção histórica e cultural, mais do que um fenômeno natural ou exclusivamente médico. Em outras palavras, a forma como a loucura é tratada e compreendida é resultado de decisões políticas e sociais que buscam manter a ordem e controlar o desvio. A investigação arqueológica de Foucault revela que a loucura foi associada a práticas de exclusão desde o início, sendo inicialmente marginalizada e, posteriormente, institucionalizada de forma mais sistemática. Em vez de representar um avanço humanitário, a psiquiatria moderna é vista por Foucault como uma continuação da prática de exclusão sob uma nova aparência.

Além disso, Foucault admite que sua obra não pretende negar os avanços técnicos e médicos da psiquiatria, mas questionar os dispositivos de poder que permeiam essas práticas. Ele destaca que, ao longo da história, o discurso da racionalidade foi utilizado para legitimar formas de dominação e controle social. A razão, ao definir o que é normal, acaba marginalizando tudo aquilo que não se encaixa em seu molde. Essa crítica à razão e ao progresso científico é central para a perspectiva teórica de Foucault, que desafia a ideia de que o progresso científico é uma força neutra e benéfica para a sociedade.

O trabalho do filósofo é multidisciplinar e dialoga com várias áreas do conhecimento, incluindo filosofia, psicologia, história e sociologia. Sua crítica também se estende ao Iluminismo, que prometia liberdade e emancipação através da razão, mas que acabou legitimando novas formas de controle social, como as instituições psiquiátricas. Foucault revela como o poder e o saber estão intrinsecamente ligados e como a ciência não está imune às influências sociais e políticas. Ele faz referência a outros pensadores e correntes teóricas que influenciaram sua obra, como Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger, ao questionar as bases da racionalidade ocidental e as implicações dessas bases para a compreensão da loucura.

Por outro lado, a obra de Foucault não está isenta de críticas. Alguns estudiosos argumentam que sua visão sobre a psiquiatria pode ser excessivamente pessimista, minimizando os reais avanços médicos e psicológicos que contribuíram para o tratamento de doenças mentais. Além disso, a abordagem arqueológica adotada por Foucault, com seu foco nas descontinuidades históricas e nas práticas institucionais, pode ser vista como excessivamente teórica e distante das realidades práticas da psiquiatria contemporânea. Essa crítica sugere que a análise de Foucault pode, por vezes, parecer desconectada das melhorias tangíveis na prática clínica e nas condições de vida dos pacientes ao longo do tempo.

Na obra, Michel Foucault oferece uma análise profunda e crítica de como a sociedade ocidental tratou a loucura ao longo dos séculos. Seu trabalho revela que as práticas de exclusão e confinamento dos loucos não foram apenas uma questão médica, mas também uma estratégia de poder. Ao aplicar sua metodologia arqueológica, ele desconstrói a ideia de que a psiquiatria moderna representa um avanço humanitário, demonstrando que, ao longo da história, a razão foi utilizada como uma ferramenta de controle social. Embora sua obra tenha recebido críticas por sua perspectiva pessimista e por seu foco na dimensão institucional da psiquiatria, ela continua sendo uma referência fundamental para a compreensão das relações complexas entre poder, saber e exclusão. Foucault nos convida a repensar a história da psiquiatria e a refletir sobre os mecanismos de controle que moldam a sociedade contemporânea, ressaltando a necessidade de examinar as relações de poder subjacentes à forma como tratamos e compreendemos a loucura.

Ao contrastar as críticas de Michel Foucault em *História da Loucura* com a contemporaneidade da saúde mental, fica claro que, apesar dos avanços nas terapias e na compreensão das condições neurobiológicas e psicossociais, muitos dos pontos levantados por Foucault ainda são relevantes. Sua análise crítica da psiquiatria e da institucionalização, apesar de realizada em um contexto histórico específico, ressoa com os desafios enfrentados pela saúde mental moderna. A crítica de Foucault ao modelo biomédico e à patologização, que frequentemente marginaliza os indivíduos e trata os sintomas sem considerar as condições sociais e econômicas subjacentes, permanece pertinente.

A evolução da saúde mental no Brasil, assim como em outras partes do mundo, demonstra um movimento em direção a modelos mais inclusivos e comunitários. A Reforma Psiquiátrica brasileira, que promoveu a desinstitucionalização e a criação de uma rede de atenção psicossocial, reflete uma tentativa de superar o modelo de confinamento e exclusão que Foucault criticou. No entanto, mesmo com essas reformas, a prática contemporânea pode ainda carregar resquícios das preocupações de Foucault. A ascensão de políticas de saúde mental baseadas em dados e em modelos de gestão pode criar novas formas de categorização e vigilância que ecoam as preocupações de Foucault sobre o poder e o controle. Esses modelos podem, inadvertidamente, reproduzir formas de exclusão sob a aparência de eficiência e inovação.

Foucault destaca que a história da loucura não é uma narrativa de progresso linear, mas sim um reflexo de dinâmicas de poder e controle social. Sua abordagem arqueológica e genealógica revela como as práticas e discursos sobre a loucura evoluíram de acordo com estruturas de poder e interesses sociais. A crítica de Foucault à psiquiatria como uma forma de controle, mais do que um

simples tratamento, continua a ser um ponto focal importante para analisar as práticas atuais de saúde mental. Em muitos casos, a psiquiatria contemporânea, apesar de seus avanços técnicos, pode ainda estar sujeita às mesmas dinâmicas de poder que Foucault descreve, incluindo a patologização de comportamentos e o controle sobre aqueles que são considerados desviantes.

Embora Foucault tenha sido criticado por uma visão que alguns consideram excessivamente pessimista e por seu foco nas dimensões institucionais e teóricas, sua análise permanece crucial para compreender as complexas relações entre poder, saber e exclusão. Sua obra nos oferece uma lente crítica para examinar as práticas contemporâneas de saúde mental, desafiando-nos a reconhecer tanto os avanços quanto as persistentes questões de marginalização e controle.

Em suma, a relevância da *História da Loucura* reside na sua capacidade de iluminar os mecanismos de controle que moldam a saúde mental, convidando à reflexão contínua sobre a natureza do progresso na área. A obra de Foucault não apenas oferece uma crítica do passado, mas também um desafio para o presente, instigando uma análise mais profunda e consciente das políticas e práticas de saúde mental e de suas implicações sociais, para que se reconheça a importância desta análise crítica como essencial para a formulação de políticas que realmente promovam a inclusão e a dignidade, respeitando a complexidade da experiência humana em relação à saúde mental e, sobretudo, a liberdade dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.